

Aspectos e influências do neoliberalismo e da globalização no Brasil: seletividade de classes

Allan Marinho¹
Ronice Castro²
Walquiria Pereira Aires³

RESUMO

A política neoliberal e a globalização implantada no Brasil nos anos 1990 geraram diversos fenômenos sociais, econômicos, históricos e políticos no cenário mundial. No cenário brasileiro, proporcionou a integração dos mercados financeiros, formação de blocos econômicos, acúmulo de riquezas por parte de uma parte privilegiada da sociedade. Em contrapartida gerou distorções socioeconômicas muito graves como o aumento da desigualdade social. Neoliberalismo e a globalização estão ligados, uma vez que o consumismo determina que se procurem novos mercados.

Palavras-chaves: Sociedade. Capitalismo. Globalização. Desigualdades.

1 Introdução

Com a globalização, os países têm acesso a novas tecnologias, o que permite que a população tenha mais conhecimento e se desenvolva cultural e economicamente. É isso, pelo menos, o que prega a nova ordem mundial. No entanto, a observação da realidade demonstra que a política neoliberal implantada no processo de globalização evidencia contrastes que este sistema provoca dentro das sociedades atingidas. De um modo geral, o neoliberalismo agrava a má distribuição de renda, causando efeitos perversos e negativos no cenário social brasileiro. Ou seja, há um aumento ainda mais acentuado da pobreza, desencadeando ainda mais violência, discriminação e desigualdade. Além disso, há uma precarização ainda maior dos serviços públicos de educação, saúde e transporte, entre outros, o que prejudica cada vez mais o desenvolvimento econômico do país.

A maneira de participação e inserção dos países neste contexto é distinta e pode estar sujeita ao nível de desenvolvimento, das escolhas políticas e ligação de forças entre setores bem-sucedidos. De tal forma o sistema de globalização pode ser analisado sob a luz da regra internacional do capital financeiro dos países hegemônicos. O caráter de produção capitalista agrupa em uma única arma, a dominação do capital sobre países subdesenvolvidos.

¹ Graduando do curso de História

² Graduanda do curso de História

³ Graduanda do curso de História

O Brasil é reconhecido como uma forte potência econômica, porém não consegue amortecer as desigualdades sociais existente em seu vasto território. O neoliberalismo e a globalização não contribuíram para acabar com a desigualdade social, que chega a níveis alarmantes no país, isto é, existe um reduzido número de pessoas e empresas capitalistas que constituem o seletivo grupo dos mais endinheirados, ao passo que boa parte da população vive abaixo da linha da pobreza, gente mal alimentada e desassistida socialmente.

2 O neoliberalismo

O neoliberalismo é uma corrente que tem origem no liberalismo e tem como base um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que prega a não participação do estado na economia.

Adam Smith (1723-1790), considerado o principal representante do liberalismo Econômico, adota o pensamento que cada homem é capacitado a avaliar suas ações, e aponta o papel da não intervenção demasiada do Estado sobre o mercado, defende a livre concorrência econômica e a geração de riqueza.

O liberalismo pode ser considerado como uma corrente que abarca diversas ideologias históricas e presentes. Esse sistema desenvolveu-se de modo a responder e dar sequência às conformações do sistema capitalista, mas tem como principal conceito a preservação da liberdade individual na esfera política e econômica. Essa ideia é de uma administração com ênfase no mercado privado, mas aceitando a participação do Estado na administração da economia. Baseado na ideia de livre mercado, o liberalismo econômico acredita na opinião de que o mercado e o próprio sistema instituiriam suas regras de funcionamento, e por isso defendem a ideia de um Estado mínimo.

O liberalismo passou a constituir os pensamentos políticos e econômicos europeus no fim do século XVIII. Esse pensamento contribuiu para as manifestações e revoluções populares contra a monarquia absoluta, ao sistema mercantilista que era considerado por muitos intelectuais como uma política econômica que não buscava o bem-estar social, às diversas formas de ortodoxia religiosa e ao clericalismo. Esses fatores vão abrir caminho para o liberalismo econômico. E, segundo Couto,

É na luta contra o absolutismo, o poder do rei e da igreja que surge nos séculos XVII e XVIII, o reconhecimento de que o homem é portador de direitos. Desses direitos, reconhecidos como individuais, eram portadores homens livres e autônomos e deviam ser exercidos contra o poder do Estado, sendo produto de uma sociedade conformada pelo ideário liberal. (COUTO, 2010, Pg.38).

Adam Smith defende a ideologia doutrinária do “*laissez-faire, laissez -passer*” (deixais fazer-deixais passar) o seu pensamento era que a liberdade individual abraça competição entre si sem que o estado interviesse, provocando assim um equilíbrio social. Segundo o pensamento de Smith,

(...) os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as mais vantajosas para a sociedade (...). Sem qualquer intervenção da lei, os interesses e os sentimentos privados das pessoas naturalmente as levam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível, na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade. (SMITH, 1983, Pg.104)

O preceito desse conceito tem como base a total liberdade de comércio, pois acreditava-se que este princípio garante o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país.

O liberalismo teve sua ideologia advinda de ideias de uma classe que lutava contra uma oligarquia de senhores de terra abastados apoiados por um Estado autocrático. Isso implica dizer que o liberalismo cria dois campos de atuações muito importantes. Segundo Iriarte,

O liberalismo tem duas vertentes: política e econômica. O liberalismo político seria a doutrina cuja finalidade é estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado. E liberalismo econômico seria a doutrina que preceitua a existência de uma ordem natural para os fenômenos econômicos, a qual tende ao equilíbrio, sem a necessidade da intervenção do Estado. (IRIARTE, 1995, Pg. 9).

A questão da liberdade tem peso de primeiro valor: nota-se que a essência doutrinária do Estado liberal se encontra nos fundamentos da ordem do direito natural, para a qual o Estado germina de um contrato social instituído entre homens igualmente livres, com o único intento da autopreservação e da garantia de seus direitos naturais. O liberalismo econômico abanca-se sobre esse embasamento, ou seja, uma vez que a importância individual se encaixa com o interesse geral, deve-se, na prática, deixar completa a liberdade de ação aos interesses privados.

O neoliberalismo se assemelha ao liberalismo na questão de blindar o mercado e defender que o estado não seja o único mantenedor de folhas salariais. Também se posiciona contra as regulamentações e é a favor do livre mercado e luta contra a influência dos sindicatos dentro do Estado. O neoliberalismo por mais que tenha uma base parecida com a

do liberalismo, influencia uma economia de forma diferente, apoiando a grande aplicação de novas tecnologias e principalmente a abertura de mercado.

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1996, p., 56)

Como marco desta corrente diversos autores como Anderson Wainwright (1998), (1995), Fiori (1997), afirmam que o neoliberalismo foi elaborado sobretudo na Europa Ocidental. Tem sua base no livro “O Caminho da Servidão” (1944), de Friedrich August Von Hayek, que era economista e fazia parte do grupo da Escola Austríaca. O autor faz uma intensa crítica ao modo de intervenção do Estado nas estruturas de mercado e como isso ameaçava à liberdade individual no campo político e econômico.

As principais ideias de Hayek quanto ao neoliberalismo tiveram como aliados: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyr, Salvador de Mandrija, entre outros. Fundou-se a Sociedade de Mont Pèlerin, cujo propósito se baseava no combate ao keynesianismo e, se caracterizava pela natureza franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada. A cada dois anos, realizam-se encontros internacionais para preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. (ANDERSON, 1995, Pg.10)

A novidade do neoliberalismo em comparação com o liberalismo está no acontecimento de que os neoliberais ponderam como importante e fundamental a intervenção do Estado na economia, de forma a alargar o bem-estar social. Ao contrário de algumas correntes políticas que defendem que o Estado deve assumir o papel de executor, no neoliberalismo o Estado fica com o papel de regulador da economia, operando para melhorar o ambiente de mercado, combatendo os cartéis e trustes.

2.1 Pequeno contexto da política neoliberal

O neoliberalismo ganha força posteriormente a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde predominava o capitalismo. Constituiu uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Após a II Guerra Mundial, iniciou-se o mais longo período de crescimento do capitalismo, porém a crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária, não conseguiram controlar o déficit público. Segundo (ANDERSON, 1995) “todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda

recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno”.

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, “o primeiro regime de um país capitalista avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal” (ANDERSON, 1995)”. O país foi o primeiro do bloco central do capitalismo a dar início a efetivação do neoliberalismo seguido pelos Estados Unidos com Ronaldo Reagan (1981-1989) e se expandindo, na década de 1980, para todos os países do norte da Europa Ocidental, região do capitalismo avançado.

O centrismo liberal e a economia keynesiana ficaram subitamente fora de moda. Margaret Thatcher lançou o chamado neoliberalismo, que era na realidade um conservadorismo agressivo de um tipo que não era visto desde 1848, e que envolveu uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-Estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas (WALLERSTEIN, 2004, Pg.61).

O contexto do fim da União das Republicas Socialistas Soviéticas que mostrou ao mundo o desbarato dos governos centralizadores, acabou dando espaço para a volta das teorias liberais política e econômica que foram criadas a partir do pensamento iluminista decorrido da revolução industrial feita no século XVIII. Seus idealizadores foram o economista Milton Friedman, Friedrich Hayek e Robert Nozick, que faziam parte da Escola Monetarista. Eles articularam uma possível solução para a crise que atingiu a economia mundial em 1973, provocada pelo aumento exagerado no preço do petróleo. A finalidade era condenar o keynesianismo, doutrina econômica baseada na afirmação do Estado como agente indispensável de domínio da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Tais teorias tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas na reformulação da política de livre mercado, na reorganização das bases do capitalismo livre de regulamentos. Hayek e seus companheiros desejavam uma sociedade desregulada, argumentavam que o novo igualitarismo das décadas de 50 e 60, promovido pelo estado de bem-estar social, varria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a riqueza de todos.

2.2 Características do neoliberalismo no Brasil.

As ideias neoliberais chegaram à América Latina ainda na década de 1970. O Chile foi o primeiro a aderir a nova política seguido pelo México, Argentina Venezuela e Peru. O neoliberalismo sugere a estes países novos rebates aos problemas produzidos pelo liberalismo

com novas táticas em esfera mundial, onde o Estado deveria concentrar-se no crescimento econômico.

No Brasil o neoliberalismo foi difundido em 1990 com o então presidente eleito Fernando Collor, que lançou o plano Collor com o objetivo controlar a inflação. No período houve o início das privatizações, e várias empresas do Brasil foram negociadas. Segundo (FILGUEIRAS, 2003), “o Governo Collor de Mello, foi o último país da América Latina a aderir e implementar o projeto político-econômico neoliberal, sistematizado doutrinariamente em 1989, de forma inequívoca, pelo chamado Consenso de Washington”.

Esse novo regime continua de forma menos expressiva no governo de Itamar Franco quando Fernando Henrique Cardoso, então nomeado ministro da fazenda, coloca em prática uma reforma no Estado brasileiro, que priorizava estabilização econômica.

Contudo o neoliberalismo ganha força mesmo quando Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente. É o que afirma (FILGUEIRAS, 2003) “sendo retomado posteriormente com toda a força, e amplamente executado, pelos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) ”.

Como presidente da república Fernando Henrique Cardoso dá seguimento ao processo das privatizações e outros ajustes na economia do país, tornando ainda mais visível sua característica neoliberal de governar.

Fernando Henrique participou de todas estas "descobertas" que nos obrigava a reverter o centro de nossas análises das economias pré-capitalistas que, segundo se acreditava até então, era o principal obstáculo ao desenvolvimento para buscar compreender as contradições que apareciam no interior do desenvolvimento, capitalista especial ou dependente em que encontrávamos. (DOS SANTOS, 1998, Pg.105)

Desfragmentam-se as conjunturas típicas entre o Estado e suas empresas, os capitais privados e o capital internacional, entre os setores privado e público. Segundo o cientista social Octavio Ianni,

Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. (IANNI, 1998, P.28)

Esse modelo político neoliberal adotado por Fernando Henrique tem seus princípios fundamentados no Consenso de Washington, um encontro ocorrido na capital dos Estados Unidos, programado por economistas de instituições financeiras como Fundo Monetário Internacional, FMI e o Banco Mundial, no qual se buscava avaliar as reformas econômicas na

América Latina. Recebeu este nome de John Williamson, economista inglês que fomentou a ideia de como os países latino-americanos deveriam agir para escaparem das crises. Tais avaliações tinham como linha central o combate ao poder dos sindicatos e a diminuição do papel do Estado na economia, onde também encravava a privatização das empresas estatais, flexibilização da legislação trabalhista, redução da carga fiscal e abertura comercial. As medidas foram,

1. Déficits orçamentários pequenos o bastante para serem financiados sem recurso ao imposto inflacionário;
2. Gastos públicos redirecionados de áreas politicamente sensíveis que recebem mais recursos do que seu retorno econômico é capaz de justificar para campos negligenciados com altos retornos econômicos e o potencial para melhorar a distribuição de renda, tais como educação primária e saúde, e infraestrutura;
3. Reforma tributária de forma que alargue a base tributária e reduza alíquotas marginais;
4. Liberalização financeira, envolvendo um objetivo final de taxas de juros determinadas pelo mercado;
5. Uma taxa de câmbio unificada a um nível suficientemente competitivo para induzir um crescimento rápido nas exportações não tradicionais;
6. Restrições comerciais quantitativas a serem rapidamente substituídas por tarifas que seriam progressivamente reduzidas até que fosse alcançada uma taxa baixa uniforme da ordem de 10% a 20%.
7. Abolição de barreiras que impedem a entrada de investimento estrangeiro direto;
8. Privatização de empresas de propriedade do Estado;
9. Abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou restringem a competição;
10. A provisão de direitos garantidos de propriedade, especialmente para o setor informal. (WILLIAMSON, 2004, Pg. 284)

As ideias dos princípios do consenso de Washington sustentam a ideologia neoliberal e podem ser interpretadas como globalizantes porque geram uma coesão no contexto econômico mundial justamente por trazer aos mercados abertura de negociações estimulando os investimentos externos diretos. Essa ação de conexão mundial não é só no âmbito econômico, mas tem ao mesmo tempo uma dimensão política, social e também cultural.

2.3 A política neoliberal e o processo de globalização e seus reflexos

Dentro deste contexto o processo de globalização é essencial, pois a integração econômica internacional oferece muitas oportunidades. Essa nova característica da economia mundial oferece acesso mais fácil e rápido a novos mercados em expansão, mas em contrapartida a globalização da economia mundial, de certa maneira, contribuiu para piorar as

desigualdades sociais aumentando a distância entre o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido. De acordo com Ianni,

A globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha. Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais têm ainda espaços a conquistar. (IANNI, 2000, Pg23).

A globalização surge como sustentáculo ao capitalismo e, principalmente, beneficia os países desenvolvidos de modo que eles buscam novos mercados. Percebe-se que, com passar do tempo, o socialismo perdeu espaço, fazendo com que o sistema capitalista predominasse no mundo. Inseparável a esse processo foi à acentuação das desigualdades sociais entre nações. O que houve foi o favorecimento aos países desenvolvidos em detrimento dos atrasados e neste paradigma acontece o fenômeno de mundialização acontecimento que surgiu há muito tempo devido à necessidade de ampliar os mercados consumidores.

A globalização é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas demasiadamente complexas. A globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local consegue estender a sua influência a todos do globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival (COSTA, 1997, p. 108).

A ação da globalização acoplada ao novo modelo de produção e acumulação de capital seja no modelo neoliberal ou liberal são todos visando ganhos.

A estratégia do mercado mundial na era da conexão tecnológica é dominada pelas aplicações de curto prazo e se movimentam pelo mundo em busca de lucros rápidos. A mundialização também pode ser percebida como o resultado da reprodução e da intensificação das relações que se instituem entre os agentes econômicos situados nos mais diferentes pontos do espaço. Esse processo de reforma implantado pela globalização e imposto pelos Estados-nações capitalistas, acabam resultando consequências perversas, principalmente para os mais pobres e para os Estados menos favorecidos ou Estado em vias de desenvolvimento. Entende-se que esse sistema,

Interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a superpopulação, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência e a implosão de outros. (DOS SANTOS, 2002, p. 26).

A dinâmica do mundo do capital vivencia os fatos com uma circulação, aceleradíssima, onde tudo acontece muito rápido em todos os sentidos e novos desafios são sempre gerados em diversos países.

A globalização não necessita de ser compreendida sob este ou outro olhar, o que deve ser analisado é a característica social, política, econômica e cultural que estão presentes no cotidiano da vida contemporânea. Desse modo o processo de globalização pode ser entendido conforme Ianni da seguinte forma.

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, vídeos, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agilizam os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos (IANNI, 2002 Pg.19).

O que prega o discurso da globalização seria acabar com as fronteiras a favor do desenvolvimento em comum a todos os povos. Porém o que a globalização e o neoliberalismo, nos trazem são vários elementos que destoam dessa ideologia. O que é visível dentro dessa conjuntura são as seletividades, competições, desigualdades e exclusão social. (Anderson, 1995) considera que “de fato o Estado neoliberal se define, entre outras premissas, pela disciplina orçamentária, o que significa dizer que há a recomendação clara em se reduzir os gastos com o bem-estar social”. A forte evidência que é notada em primeiro plano é que os interesses desses dois sistemas seriam atender as necessidades dos mercados.

2.4 A relação de trabalho na política neoliberal globalizada.

O capitalismo é o sistema no qual se ancoram os dois temas discutidos, pois tudo se fundamenta no lucro e na produção de mercadorias. O termo mais apropriado seria ligar esse fenômeno ao de mais-valia difundida por Karl Marx, o trabalhador produz uma quantia maior do que aquele que recebe na forma de salário, e essa parte do trabalho não pago é apropriada pelos empresários. É essa a regra que vigora nos países capitalistas no qual o Brasil faz parte. O predomínio de relação da economia capitalista mundial faz da América Latina uma região que exerce uma função periférica no plano da divisão internacional do trabalho. Para Marini,

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do

aumento da capacidade produtiva do trabalho do que do simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2000, Pg.113).

O que a ideologia neoliberal globalizada prega sobre o trabalho muda de acordo com as novas normas que passam a existir dentro de um conjunto de regras ditadas pela sociedade capitalista. Geralmente, as mudanças vão no sentido de uma reestruturação que compõe os novos meios de se produzir. Para consagrar os melhoramentos da globalização é necessário realizar um processo de adequação, já que os fatores de produção tais como os capitais de investimentos, retiram de atividades empresas incapazes de suportar a crescente força competitiva em benefício das que continuam a prosperar. (Anderson, 1995) é de opinião que o Estado forte é agora “aquele que recua quanto a sua intervenção no mercado, colaborando, desse modo, para a restauração da taxa natural de desemprego a fim de se criar um contingente de reserva de trabalho para abalar o poder dos sindicatos”.

Diante dos novos meios de produção o trabalho perde o sentido preconceituoso que já teve em épocas passadas. O trabalho que já foi tido como um castigo imposto ao homem, visto como forma de penalidade aos seus erros, passa a ter outro sentido.

Nos novos tempos as pessoas têm uma remuneração que garante seu sustento e amplia suas possibilidades de adquirirem bens. Conforme Antunes (1995) “o trabalho mostra-se como o momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o “motor decisivo do processo de humanização do homem”. Neste sentido tanto o liberalismo quanto a corrente neoliberal produzem o direito de propriedade no trabalho

O evento neoliberal veio atrelado com a inversão especulativa, com o desemprego estrutural, com a debilitação do movimento sindical e com uma drástica redução dos salários, gerando, com isto, o aumento das desigualdades sociais a nível global. O Estado faz de tudo para não acrescentar qualquer complemento ao salário social afetando assim à assistência médica, educação, habitação, alargando, por consequência, a distância entre os que têm e os que não têm. Dentro desse cenário e dessa visão de desigualdade, o trabalhador afronta-se com a precariedade e a exclusão, tornando-se mais vulnerável em todas esferas da vida social, grupal e individual.

Os trabalhadores passam a se alimentar com uma enganosa liberdade e autonomia, que esconde na verdade uma situação de exploração, com piores condições de trabalho, maior jornada, ausência de direitos, arduamente conseguidos pela luta de classes. Ainda conforme Antunes (1995), a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se

ainda mais. Esta é a variação mais desprezível pregada pelo neoliberalismo a invisibilização das temáticas do mundo do trabalho.

2.5 A ampliação das desigualdades sociais e o mercado capitalista

No Brasil a política econômica ao longo do tempo não fugiu dos modelos excludentes de outros países da América Latina. A conjuntura brasileira pode ser chamada de estado de exclusão social, porque uma espantosa parte da população vive excluída do acesso aos bens mínimos imprescindíveis a uma sobrevivência digna.

Essa parcela pode ser classificada como não cidadã, ou seja, além de não ter acesso a determinados benefícios, não tem uma proteção que lhe assegure direito aos benefícios mínimos que qualquer pessoa deveria ter assegurados.

Alguns países da América Latina e o Brasil iniciaram um longo caminho de recuperação de um ambiente social desolado pela determinação de um padrão de cunho capitalista concentrador de riquezas e fomentador da desigualdade por décadas seguidas. José Paulo Netto (2004) argumenta: “é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo”.

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. Compreende-se que o neoliberalismo provoca uma segmentação social, formando grupos conforme sua condição de poder ou não ter acesso ao grande consumismo. Pode-se dizer que as mudanças impostas pelas políticas neoliberais da década de 1990 alteraram bastante o perfil das classes brasileiras, Pochmann (2004) evidencia que “houve o aumento da quantidade de ricos (de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,16 milhão em 2000) e de suas posses’. A ampliação das desigualdades sociais alargou a distância entre as maiorias empobrecidas e as minorias que enriqueceram mais.

Mais tarde, o fenômeno da elevação dos considerados pobres, assistidos por programas sociais e políticas afirmativas ainda que de maneira desigual, levou essa classe a esferas de consumo e lazer que antes eram exclusivas da classe média. É o que José Paulo Netto (2004), chama de incorporação ao mercado de consumo barato, ou seja, “uma considerável parte da classe foi incorporada no consumo de bens duráveis, como TV, fogão,

geladeira, aparelho de som, computador, entre outros”. “Tal cenário projetou sobre a classe trabalhadora um ímpeto de otimismo em contraposição às décadas anteriores, visto que “o principal aspecto das mudanças sociais observadas até a década de 1980 no Brasil foi o vigor da aceleração industrial” (POCHMANN, 2013, p. 147).

A consequência destas alterações é que, se pensarmos a sociedade brasileira como uma pirâmide, a composição de sua base seria pelos sujeitos com menor renda e ao topo da pirâmide uma menor parte da sociedade com maior renda. Nesse sentido Holanda, (2001, p. 79-80), diz que “o neoliberalismo não se constitui num Projeto de emancipação humana; onde ele chega não chega como advento e surpresa de algo novo, chega com a perniciosidade de uma caixa de pandora”. Deste modo, o neoliberalismo tem sido edificado sobre a restauração do poder de classe de uma pequena elite de financeiros. O neoliberalismo mostra-se hegemônico e de um forte poder de dominação sobre o resto da sociedade.

3 Conclusão

O que neste artigo pode se ressaltar é que o avanço do liberalismo reforçado pelo neoliberalismo revigorou ainda mais a expansão e consolidação do sistema capitalista, nos países da América Latina assim como no Brasil. A política neoliberal aplicada aqui por Fernando Henrique Cardoso abriu mercados, trouxe tecnologia que tornou possível a maior integração mundial, porém o sistema neoliberal não diminuiu o nível de desigualdade entre a população brasileira podemos dizer que o que ampliou-se consideravelmente foi na maior parte as políticas econômicas nacionais foi a ideia de que o Estado deve apresentar uma mínima intervenção na economia. O que podemos perceber é que um dos atributos da globalização é o fato de ela proporcionar mais distintos patamares que sustentam e compõem a sociedade que engloba a cultura, espaço geográfico, educação, política, direitos humanos, saúde e, principalmente, a economia.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205p.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

COSTA, Edimilson. A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Síntese da tese de pós-doutorado, UNICAMP, 2002.

COUTO, B. R. O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010. 198 p

DOS SANTOS, Theotônio. A Teoria da Dependência – Balanço e Perspectivas. Civilização Brasileira, 2000.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Buenos Aires. Agosto/2006.

HOLANDA, Francisco Uriban Xavier de. **Do Liberalismo ao Neoliberalismo**: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

IANNI, Octavio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Editora Civilização, 2002

IRIARTE, Gregório. **Neoliberalismo sim ou não? Manual destinado a comunidades, grupos e organizações populares**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARINI, Mauro: Dialética da Dependência Vida e Obra, Editora Expressão Popular, 2005. Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stédile.

MARINI, R. M. *América Latina*: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

NETTO, José Paulo Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. José Paulo Netto. Ano: 1993 Editora: Cortez.

POCHMANN, Márcio. O Mito da grande classe média Capitalismo e Estrutura Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, 148p. Ramón Peña Castro.

POCHMANN, Márcio. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (org.). Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo. Boitempo, 2013.

SOUZA, J. V. A. De. Introdução à Sociologia da Educação. 2 eds. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.191 p

SMITH, Adam - A Riqueza das Nações - investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo, Abril Cultural, 1983, v. II. p. 104.

STEWART JR., Donald, 1931 - S849e 5.ed. O que é o liberalismo I Donald Stewart Jr. - 5. ed. rev. aum. - Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995. 118 p.

WALLERSTEIN, I. O declínio do poder americano. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WILLIAMSON, John. Nossa agenda e o Consenso de Washington. In: WILLIAMSON, J.; KUCZINSKI, P. (org.). Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. São Paulo: Saraiva, 2004c.